



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

PROTOCOLO DE EXECUÇÃO N. 11

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N. 024/2023

O presente instrumento tem por finalidade efetivar as metas descritas no Plano de Trabalho do Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJBA), o Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia (TCM-BA) e a Procuradoria Geral do Município de Luís Eduardo Magalhães (PGM-LUÍS EDUARDO MAGALHÃES), em conformidade com sua cláusula terceira.

1. DOS OBJETIVOS

O presente Protocolo de Execução tem por objetivo descrever a programação e o detalhamento dos procedimentos necessários à regulamentação de fluxos de processos de execução fiscal e ações correlatas: i. sem citação e ajuizados até 8 de junho de 2005; ii. sem Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) do devedor; iii. abaixo do piso mínimo; iv. ajuizados contra empresas fechadas ou inativas.

1.1 O CNJ, o TJBA, o TCM-BA e a PGM-LUÍS EDUARDO MAGALHÃES deverão envidar esforços para a consulta ou integração entre os seus respectivos bancos de dados, a fim de automatizar a troca de informações sobre processos que se encontrem na situação prevista neste Protocolo de Execução, sem prejuízo do compartilhamento de outras informações não sigilosas abarcadas pelo escopo desta norma.

2. DOS RESPONSÁVEIS

Nos termos da cláusula quarta do presente ACT, cada partícipe deverá indicar um(a) representante para formar a comissão responsável pela gestão da execução deste Acordo.

Indicado(a) CNJ: Keity Mara Ferreira de Souza e Saboya

Indicado(a) TJBA: Maria De Lourdes Pinho Medauar

Indicado(a) TCM-BA: Danilo José de Castro Estrela

Indicado(a) PGM-LUÍS EDUARDO MAGALHÃES: Élese Mendes da Silva



2.1 Não se estabelecerá nenhum vínculo de natureza jurídico-trabalhista, fiscal, comercial, previdenciária, civil ou de qualquer espécie entre os envolvidos e o pessoal utilizado para execução das atividades decorrentes do presente Termo, mantida apenas a vinculação com cada entidade/órgão de origem.

3. DETALHAMENTO DOS PROCEDIMENTOS

3.1 Processos de Execução Fiscal sem citação e ajuizados até 8 de junho de 2005

3.1.1 Para permitir a análise gerencial, o TJBA enviará à PGM-LUÍS EDUARDO MAGALHÃES listagem de processos de execução fiscal sem citação e ajuizados até 8 de agosto de 2005 nos quais o município de Luís Eduardo Magalhães, representado pela PGM-LUÍS EDUARDO MAGALHÃES figure no polo ativo.

3.1.2 A listagem mencionada no subitem 3.1.1 conterá: o nome da unidade judiciária correspondente; o número único do processo, nos termos da Resolução CNJ n 65, de 16 de dezembro de 2008; e a informação de seu *status*, se físico ou eletrônico.

3.1.3 A PGM-LUÍS EDUARDO MAGALHÃES após a inserção e a consulta ao seu repositório de dados, devolverá ao TJ/BA a listagem com os processos aptos a serem extintos por prescrição direta, ficando, desde já, dispensada de intimação da PGM-LUÍS EDUARDO MAGALHÃES, desde que sem ônus a sentença de extinção, ressalvadas as hipóteses de existência de execução fiscal apensa não constante na "listagem-resposta", ocasião em que o Juízo respectivo deverá, antes de proceder à extinção, intimar a PGM-LUÍS EDUARDO MAGALHÃES para ratificar ou retratar-se.

3.1.4 O TJBA poderá sugerir a inclusão de outras informações na "listagem-resposta", a fim de facilitar a identificação dos processos judiciais objeto desta iniciativa.

3.1.5 Nos casos em que não houver peticionamento automatizado, a referência a este ato e ao número do expediente administrativo (SEI ou equivalente) da "listagem-resposta" poderá ser feita em movimento/evento a ser lançado no processo.

3.1.6 O TJBA, com a cooperação do CNJ, será responsável pela divulgação, pelo engajamento e pelo auxílio a seus(as) juízes(as) e servidores(as) sobre a iniciativa.

3.2 Processos de Execução Fiscal sem CPF ou CNPJ do devedor

3.2.1 Para permitir a análise gerencial, o TJBA enviará à PGM-LUÍS EDUARDO MAGALHÃES listagem de processos de execução fiscal sem CPF ou CNPJ do devedor nos quais o município de Luís Eduardo Magalhães, representado pela PGM-LUÍS EDUARDO MAGALHÃES, figure no polo ativo.

3.2.2 A listagem mencionada no subitem 3.2.1 conterá: o nome da unidade judiciária correspondente; o número único do processo, nos termos da Resolução CNJ n. 65, de 16 de dezembro de 2008; e a informação de seu *status*, se físico ou eletrônico.

3.2.3 A PGM-LUÍS EDUARDO MAGALHÃES, após a inserção e a consulta ao seu repositório de dados, devolverá ao TJBA listagens com os processos aptos à extinção, ficando autorizada a



dispensa de intimação da PGM-LUÍS EDUARDO MAGALHÃES, desde que sem ônus a respectiva sentença de extinção.

3.2.4 O TJBA poderá sugerir a inclusão de outras informações na “listagem-resposta” a fim de facilitar a identificação dos processos judiciais objeto desta iniciativa.

3.2.5 Nos casos em que não houver peticionamento automatizado, a referência a este ato e ao número do expediente administrativo (SEI ou equivalente) da “listagem-resposta” poderá ser feita em movimento/evento a ser lançado no processo.

3.2.6 O TJBA, com a cooperação do CNJ, será responsável pela divulgação, pelo engajamento e pelo auxílio a seus(as) juízes(as) e servidores(as) sobre a iniciativa.

3.3 Processos de Execução Fiscal abaixo do piso mínimo

3.3.1 A PGM-LUÍS EDUARDO MAGALHÃES disponibilizará ao TJBA listagem de processos de execução fiscal ajuizados abaixo do piso mínimo, aptos a serem extintos sem julgamento do mérito, ficando, desde já, dispensada de intimação da PGM-LUÍS EDUARDO MAGALHÃES, desde que sem ônus a sentença de extinção.

3.3.2 A listagem mencionada no subitem 3.3.1 conterá: o nome da unidade judiciária correspondente; o número único do processo, nos termos da Resolução CNJ n. 65/2008; e a informação de seu *status*, se físico ou eletrônico.

3.3.3 O TJBA poderá sugerir a inclusão de outras informações na ‘listagem-resposta’, a fim de facilitar a identificação dos processos judiciais objeto desta iniciativa.

3.3.4 Nos casos em que não houver peticionamento automatizado, a referência a este ato e ao número do expediente administrativo (SEI ou equivalente) da listagem poderá ser feita em movimento/evento a ser lançado no processo.

3.3.5 O TJBA, com a cooperação do CNJ, será responsável pela divulgação, pelo engajamento e pelo auxílio a seus(as) juízes(as) e servidores(as) sobre a iniciativa.

3.4 Processos de Execução Fiscal ajuizados contra empresas fechadas ou inativas

3.4.1 Após análise gerencial, a PGM-LUÍS EDUARDO MAGALHÃES enviará ao TJBA listagem de processos de execução fiscal aptos a serem extintos por prescrição intercorrente, relacionados a empresas fechadas ou inativas há mais de 5 (cinco) anos e sem pedido de redirecionamento realizado neste período, ficando autorizada a dispensa de intimação da PGM-LUÍS EDUARDO MAGALHÃES da respectiva sentença de extinção, desde que sem ônus.

3.4.2 A listagem mencionada no subitem 3.4.1 conterá: o nome da unidade judiciária correspondente; o número único do processo, nos termos da Resolução CNJ n. 65/2008; e a informação de seu *status*, se físico ou eletrônico.

3.4.3 O TJBA poderá sugerir a inclusão de outras informações na “listagem-resposta” a fim de facilitar a identificação dos processos judiciais objeto desta iniciativa.



3.4.4 Nos casos em que não houver peticionamento automatizado, a referência a este ato e ao número do expediente administrativo (SEI ou equivalente) da listagem poderá ser feita em movimento/evento a ser lançado no processo.

3.4.5 O TJBA, com a cooperação do CNJ, será responsável pela divulgação, pelo engajamento e pelo auxílio a seus(as) juízes(as) e servidores(as) sobre a iniciativa.

4. PROGRAMAÇÃO

4.1 As listagens tramitarão entre o TJBA e a PGM-LUÍS EDUARDO MAGALHÃES, pelo prazo de 24 (vinte e quatro meses), prorrogáveis.

4.2 A primeira listagem de Processos de Execução Fiscal sem citação e ajuizados até 8 de junho de 2005 será enviada pelo TJBA à PGM-LUÍS EDUARDO MAGALHÃES em 20 (vinte) dias, a contar da assinatura deste Termo.

4.2.1 A listagem-resposta de Processos de Execução Fiscal sem citação e ajuizados até 8 de junho de 2005 será enviada pela PGM-LUÍS EDUARDO MAGALHÃES em 60 (sessenta) dias, comprometendo-se o TJBA a adotar as providências cabíveis em igual prazo.

4.3 A primeira listagem de Processos de Execução Fiscal sem Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) do devedor será enviada pelo TJBA à PGM-LUÍS EDUARDO MAGALHÃES em 20 (vinte) dias, a contar do recebimento da listagem-resposta do item anterior.

4.3.1 A listagem-resposta de Processos de Execução Fiscal sem CPF ou CNPJ do devedor será enviada pela PGM-LUÍS EDUARDO MAGALHÃES em 60 (sessenta) dias, comprometendo-se o TJBA a adotar as providências cabíveis em igual prazo.

4.4 A primeira listagem de Processos de Execução Fiscal abaixo do piso mínimo será enviada pela PGM-LUÍS EDUARDO MAGALHÃES em 20 (vinte) dias, a contar do recebimento da listagem-resposta do item anterior.

4.4.1 Compromete-se o TJBA a adotar as providências cabíveis em 20 (vinte) dias, contados do recebimento da listagem de Processos de Execução Fiscal abaixo do piso mínimo ou sem perspectiva de recuperação econômica.

4.6 A primeira listagem de Processos de Execução Fiscal ajuizados contra empresas fechadas ou inativas será enviada pela PGM-LUÍS EDUARDO MAGALHÃES em 60 (sessenta) dias, a contar do recebimento da listagem-resposta do item anterior.

4.6.1 Compromete-se o TJBA a adotar as providências cabíveis em 20 (vinte) dias, contados do recebimento da listagem de Processos de Execução Fiscal ajuizados contra empresas fechadas ou inativas.

4.7 Serão realizadas reuniões de ponto de controle entre CNJ, TJBA e PGM-LUÍS EDUARDO MAGALHÃES a cada noventa dias, contados a partir da assinatura do Protocolo de Execução.



4.8 Para execução das atividades correlatas ao Protocolo de Execução, os Partícipes poderão solicitar ao CNJ emissão de relatórios processuais extraídos da Base Nacional de Dados do Poder Judiciário - DataJud.

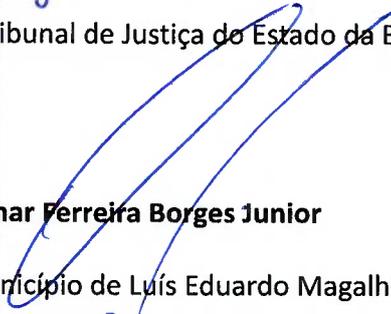
4.9 Serão realizadas reuniões de apresentação das atividades realizadas e dos resultados semestrais do Acordo.

E, por estarem assim ajustados, assinam os partícipes o presente instrumento para todos os fins de direito.

Barreiras, 11 de julho de 2024.


Desembargadora **Cynthia Maria Pina Resende**

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia


Odumar Ferreira Borges Junior

Prefeito do Município de Luís Eduardo Magalhães


Élese Mendes da Silva

Procuradora Fiscal do Município de Luís Eduardo Magalhães



